



**O DISCURSO**  
**ESTRUTURA**  
**OU ACONTECIMENTO**  
**Tradução: Eni Puccinelli Orlandi**

**5ª EDIÇÃO**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pêcheux, Michel, 1938-1983

O discurso: estrutura ou acontecimento/ Michel Pêcheux;  
tradução: Eni P. Orlando – 5ª Edição, Campinas, SP  
Pontes Editores, 2008

Bibliografia

ISBN 978-85-7113-2

1. Análise do discurso 2. Lingüística 3. Semântica  
I. Título

90-1931

CDD - 410

**Índice para catálogo sistemático:**

1. Análise do discurso: Lingüística 410
2. Análise estrutural: Lingüística 410
3. Análise semântica: Lingüística 410
4. Discurso: Análise: Lingüística 410

*Copyright* © 1998 Illinois University Press

Título original: Discourse: Structure or Event?

Direitos cedidos para publicação em língua portuguesa  
Para Pontes Editores

*Coordenação Editorial:* Ernesto Guimarães

*Capa:* João Baptista da Costa Aguiar

*Revisão:* Vânia Aparecida da Silva

Ernesto Guimarães

PONTES EDITORES

Av. Dr. Arlindo Joaquim de Lemos, 1333

Jardim Proença

13100-451 Campinas SP Brasil

Fone (19) 3252.6011

Fax (19) 3253.0769

ponteseditores@ponteseditores.com.br

[www.ponteseditores.com.br](http://www.ponteseditores.com.br)

2008

Impresso no Brasil

## *ÍNDICE*

Nota ao Leitor .....	7
I – Introdução .....	15
II – Ciência, Estrutura e Escolástica .....	19
III – Ler, Descrever, Interpretar .....	43
Notas .....	59
Bibliografia .....	67

## NOTA AO LEITOR

O que se pode depreender do percurso de Michel Pêcheux na elaboração da Análise de Discurso é que ele propôs uma forma de reflexão sobre a linguagem que aceita o desconforto de não se ajeitar nas evidências e no lugar já-feito. Ele exerceu com sofisticação e esmero a arte de refletir nos entremeios.

Assim, os princípios teóricos que ele estabelece se alojam não em regiões já categorizadas do conhecimento mas em interstícios disciplinares, nos vãos que as disciplinas deixam ver em sua articulação contraditória. Aí ele faz trabalharem os procedimentos da Análise de Discurso na (des)construção e compreensão incessante de seu objeto: o discurso.

Em seu domínio específico de reflexão, a Análise de Discurso vai colocar questões para essas disciplinas,

sistematicamente. E, em seu trabalho, percorre menos o acúmulo de conhecimentos positivos e mais os efeitos de certeza que esses conhecimentos produzem, fazendo a história de suas ciências.

A Análise de Discurso – quer se a considere como um dispositivo de análise ou como a instauração de novos gestos de leitura – se apresenta com efeito como uma forma de conhecimento que se faz no entremeio e que leva em conta o confronto, a contradição entre sua teoria e sua prática de análise. E isto compreendendo-se o entremeio seja no campo das disciplinas, no da desconstrução, ou mais precisamente no contato do histórico com o lingüístico, que constitui a materialidade específica do discurso.

Nesse seu presente trabalho, M. Pêcheux fala da relação entre os universos logicamente estabilizados e o das formulações irremediavelmente equívocas, investigando as relações do descritível e do interpretável ao mesmo tempo em que percorre as formas de se fazer ciência: as sobredeterminantes e as de interpretação. Observando o entrecruzamento e a dessemelhança entre os objetos discursivos de talhe estável e os que têm seu modo de existência regido aparentemente pela própria maneira como falamos deles, contorna a declaração de que uns são mais reais que outros, reconhecendo, ao invés disso, a existência de vários tipos de “real.”

Refletindo então sobre a questão da história e do marxismo, não vai negar à história seu caráter de interpretação, ao contrário, aprofunda esse modo de existência para poder compreendê-la teórica e crítica-

mente, ou melhor, para compreender as formas de existência possível de uma ciência da história. Desse modo dá uma função heurística ao fato de que a história “aparenta” o movimento da interpretação do homem diante dos “fatos”. Por isto a história está “colocada”. E a Análise de Discurso trabalha justamente no lugar desse “aparentar”, criando um espaço teórico em que se pode produzir o “descolamento” dessa relação, desterritorializando-a.

Paralelamente, sem negar o percurso pelo marxismo, ele no entanto experimenta seus limites e se apresenta na sua responsabilidade como teórico da linguagem: o de quem não protege e não se protege em Marx. Ao contrário, aceita seu desafio entrecruzando três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação na Análise de Discurso. Sem confundir suas críticas, como ele mesmo diz, com o “covarde alívio de numerosos intelectuais franceses(?) que reagem descobrindo, afinal, que a “Teoria” os havia “intimidado”. ”

Ainda mais uma vez, M. Pêcheux avança pelos entremeios, não deixando de levar em conta a presença forte da reflexão sobre a materialidade da linguagem e da história, mesmo percorrendo agora esse espaço das “múltiplas urgências do cotidiano”, interrogando essa necessidade de um “mundo semanticamente normal” do sujeito pragmático. Região de equívoco em que se ligam materialmente o inconsciente e a ideologia.

Campinas, setembro de 1990.

*Eni Pulcinelli Orlandi*

Este texto foi apresentado na Conferência “Marxismo e Interpretação da Cultura: Limites, Fronteiras, Restrições” na Universidade de Illinois Urbana-Champaign de 8 a 12 de julho de 1983.

## I. INTRODUÇÃO

Vocês conhecem a história daquele velho teórico/erudito/marxista que queria fabricar sua biblioteca sozinho?

Era naqueles longínquos tempos em que os marxistas pensavam poder construir tudo por si mesmos: a economia, a história, a filosofia, a psicologia, a lingüística, a literatura, a sociologia, a arte... e as bibliotecas.

As dificuldades tinham começado com a confusão entre parafuso, rosca e porca. Todos sabem, entretanto, que o sistema de base genérico-sexual da tecnologia elementar implica, como princípio estrutural, que as roscas e as porcas se casam. Mas reinava a esse respeito uma estranha confusão no marxismo: assim, o velho marxista tinha absoluta convicção de estar equipado de

parafusos celibatários marxistas, quando na verdade não dispunha senão de roscas... sem porcas.

E toda vez que ele se punha a trabalhar, era a mesma coisa: ele juntava duas peças de madeira, cada uma com um buraco, em perfeita coincidência. Colocava a rosca no buraco e girava, girava, girava... no vazio, sem nenhum resultado, de forma que sua construção estava sempre se desfazendo.

Chegou gente de todo tipo, com toda espécie de porca, cada um lhe dizendo: “olha isto! Isto tem talvez algo a ver com o que você está fazendo, não?” (com efeito, havia toda uma série de porcas: porcas fenomenológicas, estruturalistas, psicanalíticas, epistemológicas, desconstrutivistas, feministas, pós-modernas, etc...).

Durante muito tempo, o velho marxista lhes respondia: “deixem-me tranqüilo, deixem-me fazer meu trabalho, sem me complicar ainda mais as coisas com suas porcas!”. Mas agora nenhum marxista (ao menos nenhum marxista universitário que se preze) daria uma resposta parecida: hoje o marxismo procura casar-se, ou contrair relações extraconjugais...

Para entrar na reflexão que empreendo aqui com vocês, sobre o discurso como estrutura ou acontecimento, imagino vários caminhos muito diferentes.

Um primeiro caminhos seria tomar como tema um *enunciado* e trabalhar a partir dele; por exemplo, o

enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] tal como ele atravessou a França no dia 10 de maio de 1981, às 20 horas e alguns minutos (o *acontecimento*, no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória).

Um outro caminho, mais clássico, na aparência (mas o que é clássico hoje?), consistiria em partir de uma *questão* filosófica; por exemplo, a da relação entre Marx e Aristóteles, a propósito da idéia de uma ciência da estrutura.

Mas múltiplos saberes competentes logo me ameaçam, surgindo com a espessura de suas referências de todos os horizontes da filosofia e das ciências humanas e sociais; eles me lembram que não sou um especialista, nem em Marx, nem de Aristóteles, nem da história da filosofia. E que não disponho mais (ao menos por enquanto) de via de acesso especialmente preparada para o interior do imenso arquivo, oral e escrito, que se desdobra há dois anos em torno do 10 de maio de 1981.

E então? Não seria melhor (terceiro caminho possível) eu me ater sabiamente ao domínio “profissional” no qual me encontro, bem ou mal, minha referência: o da tradição francesa de análise de discurso?<sup>1</sup> Por exemplo, levantando, na configuração dos problemas teóricos e de procedimentos que se colocam hoje para essa disciplina, o da relação entre a análise como *descrição* e a análise como *interpretação*?

Mas se me refugio nesta tática de intervenção, como evitar as muitas longas considerações prévias, necessárias a uma regulagem, um “tuning” mínimo entre o que eu gostaria de dizer e o que será entendido?

A evocação de alguns nomes próprios (Saussure, Wittgenstein, Althusser, Foucault, Lacan...) ou a menção a campos do real (a história, a língua, o inconsciente...) não são suficientes para caracterizar uma posição de trabalho...

Não serei eu obrigado a começar por uma série de “chamadas” incidindo sobre pontos de definição que nada prova que não vão funcionar senão como signos de reconhecimento opacos, fetiches teóricos?

Ou então vou eu tentar empurrar vocês nesta – ultra rápida, por necessidade – visita a um depósito de procedimentos técnicos, próprios à análise de discurso?

Ou ainda: devo tentar, pela apresentação de alguns resultados desses procedimentos, convencê-los de sua pertinência e de seu interesse – enquanto as pesquisas atuais tendem, antes de tudo, a produzir questões, mais do que a fazer valer a qualidade suposta das “respostas”?

Dizemos em francês que não se “pode ir por quatro caminhos” quando se vai direto ao essencial... Mas qual seria, no caso, essa via maravilhosa do essencial, pela qual o “negócio” do qual pretendo lhes falar colocar-se-ia sob seus olhos como um filme sem volta nem retoque?

Considerando essa via como um mito religioso, prefiro me esforçar em avançar entrecruzando os três caminhos que acabo de evocar (o do acontecimento, o

da estrutura e o da tensão entre descrição e interpretação no interior da análise do discurso), retocando cada um deles pela efetivação parcial dos outros dois.

#### 1. “On a gagné” [“Ganhamos.”]

Paris, 10 de maio de 1981, 20 horas (hora local): a imagem, simplificada e recomposta eletronicamente, do futuro presidente da República Francesa aparece nos televisores... Estupor (de maravilhamento ou de terror): é a de François Mitterand!

Simultaneamente, os apresentadores de TV fazem estimativas calculadas por várias equipes de informática eleitoral: todas dão F. Mitterand como “vencedor”. No “especial-eleições” desta noite, as tabelas de porcentagem põem-se a desfilar. As primeiras reações dos responsáveis políticos dos dois campos já são anunciadas, assim como os comentários ainda quentes dos especialistas de politicologia: uns e outros vão começar a “fazer trabalhar” o acontecimento (o fato novo, as cifras, as primeiras declarações) em seu contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar: o socialismo francês de Guedes a Jaurès, o Congresso de Tours, o Front Popular, a Libertação...

Esse acontecimento que aparece como “global”\* da grande máquina televisiva, este resultado de uma super-copa de futebol político ou de um jogo de repercussão mundial (F. Mitterand ganha o campeonato de Presidênciaáveis da França) é o acontecimento jornalístico e da mass-media que remete a um conteúdo só-

cio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente (o veredito das cifras, a evidência das tabelas) e profundamente opaco. O confronto discursivo sobre a denominação desse acontecimento improvável tinha começado bem antes de 10 de maio, por um imenso trabalho de formulações (retomadas, deslocadas, invertidas, de um lado a outro do campo político) tendendo a prefigurar discursivamente o acontecimento, a dar-lhe forma e figura, na esperança de apressar sua vinda... ou de impedi-la; todo esse processo vai continuar, marcado pela novidade do dia 10 de maio. Mas esta novidade não tira a opacidade do acontecimento, inscrita no jogo oblíquo de suas denominações: os enunciados

“F. Mitterand é eleito presidente da República Francesa”

“A esquerda francesa leva a vitória eleitoral dos presidencialistas”

ou

“A coalização socialista-comunista se apodera da França”

não estão evidentemente em relação interparafrástica; esses enunciados remetem (*Bedeutung*) ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações (*Sinn*). O confronto discursivo prossegue através do acontecimento...

É depois, no meio dessa circulação-confronto de formulações, que não para de atravessar a tela da TV durante toda a noite, surge um flash que é ao mesmo tempo uma constatação e um apelo: todos os parisienses para quem esse acontecimento é uma vitória se reúnem em massa na Praça da Bastilha, para gritar sua alegria (os outros não serão vistos nessa noite). E acontecerá o mesmo na maior parte das outras cidades. Ora, entre esses gritos de vitória, há um que vai “pegar” com uma intensidade particular: é o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos!”] repetido sem fim como um eco inesgotável, apegado ao acontecimento.

A materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político<sup>2</sup>. “On a gagné” [“Ganhamos”], cantado com um ritmo e uma melodia determinados (on-a-ga-gné/ dó-dó-sol-dó) constitui a retomada direta, no espaço do acontecimento político, do grito coletivo dos torcedores de uma partida esportiva cuja equipe acaba de ganhar. Este grito marca o momento em que a participação passiva<sup>3</sup> do espectador-torcedor se converte em atividade coletiva gestual e vocal, materializando a festa da vitória da equipe, tanto mais intensamente quanto ela era mais improvável.

O fato de que o esporte tenha aparecido assim pela primeira vez em maio de 1981, com esta limpidez, como a metáfora popular adequada ao campo político francês, convida a aprofundar a crítica das relações entre o funcionamento da mídia e aquele da “classe política”, sobretudo depois dos anos 70<sup>4</sup>.

Em todo caso, o que podemos dizer é que este jogo metafórico em torno do enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] veio sobredeterminar o acontecimento, sublinhando sua equivocidade: no domínio esportivo, a evidência dos resultados é sustentada pela sua apresentação em um quadro lógico (a equipe X, classificada na enésima divisão, derrotou a equipe Y; a equipe X está, pois, qualificada para se confrontar com a equipe Z, etc). O “resultado” de um jogo é, evidentemente, objeto de comentário e de reflexões estratégicas posteriores (da parte dos capitães de equipe, de comentaristas esportivos, de porta-vozes de interesses comerciais, etc), pois sempre há outros jogos no horizonte..., mas enquanto tal, seu resultado deriva de um universo logicamente estabilizado (construído por um conjunto relativamente simples de argumentos, de predicados e de relações) que se pode descrever exaustivamente através de uma série de repostas unívocas a questões factuais (sendo a principal, evidentemente: “de fato, quem ganhou, X ou Y?”).

Questões do tipo “quem ganhou na verdade? em realidade? além das aparências? face à história?”, etc aparecem como questões que não seriam pertinentes, e, no limite, até absurdas, a propósito de um resultado esportivo.

Provavelmente, isso se prende ao fato de que a questão do jogo é logicamente definida como estando contida em seu resultado: “tal equipe ganhou” significa “tal equipe ganhou o jogo em questão contra tal outra”, ponto, acabou. As marcas e objetos simbólicos suscetíveis de se associarem a esta vitória (e, logo, de serem

“apropriados” pelos torcedores que se identificam à equipe) são apenas conotações secundárias do resultado: não é certo que se possa mostrar ou descrever o *que* a equipe vencedora ganhou.

Tomados pelo ângulo em que aparecem através da mídia, os resultados eleitorais apresentam a mesma univocidade lógica. O universo das porcentagens de resultados, munidos de regras para determinar o vencedor é ele próprio um espaço de predicados, de argumentos e relações logicamente estabilizado: desse ponto de vista, dir-se-á que no dia 10 de maio, depois de 20 horas, a proposição “F. Mitterrand foi eleito presidente da República” tornou-se uma proposição verdadeira; ponto final.

Mas, simultaneamente, o enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] é profundamente opaco: sua materialidade léxico-sintática (um pronome “indefinido” em posição de sujeito, a marca temporal-aspectual de realizado, o lexema verbal “gagner” [“ganhar”], a ausência de complementos) imerge esse enunciado em uma rede de relações associativas implícitas – paráfrases, implicações, comentários, alusões, etc – isto é, em uma série heterogênea de enunciados, funcionando sob diferentes registros discursivos, e com uma estabilidade lógica variável<sup>5</sup>.

Assim, a interpretação político-esportiva que acaba de ser evocada não funciona como proposição estabilizada (designando um acontecimento localizado como um ponto em um espaço de disjunções lógicas<sup>6</sup> senão com a condição de não se interrogar a referência do sujeito do verbo “gagner” [“ganhar”], nem a de seus complementos elidido.

Dois anos depois, a questão reaparece no circuito do debate político:

“On a gagné!” [“Ganhamos!”]... nós nos havíamos regozijado do mesmo modo em cada vitória da esquerda, em maio de 36, ano da Liberação. Outros, antes de nós, tinham feito os mesmos discursos. “On a gagné!” [“Ganhamos!”]. E a cada vez era “experiência” que não tinha durado muito, no atoleiro das abnegações, dos entusiasmos, brilho súbito e fogo de palha, antes da recaída, do desmoronamento e da derrota consentida. “On a gagné!” [“Ganhamos!”]. Ganhamos o quê, como, e por quê?<sup>7</sup>

#### a. Sobre o sujeito do enunciado: quem ganhou?

A sintaxe da língua francesa permite através do *on* indefinido, deixar em suspenso enunciativo a designação da identidade de quem ganhou: trata-se do “nós” dos militantes dos partidos de esquerda? Ou do “povo da França”? ou daqueles que sempre apoiaram a perspectiva do Programa Comum? Ou daqueles que, não mais se reconhecendo na categorização parlamentar direita/esquerda, se sentem, no entanto, liberados subitamente pela partida de Giscard d’Estaing e de tudo o que ele representa? Ou daqueles que, “nunca tendo feito política”, estão surpresos e entusiasmados com a idéia de que enfim “vai mudar”?...

O apagamento do agente induz um complexo efeito e retorno, misturando diversas posições militantes com a posição de participação passiva do espectador eleito-

ral, torcedor hesitante e cético até o último minuto... em que o inimaginável acontece: o gol decisivo é marcado e o torcedor voa em apoio à vitória. O enunciado “On a gagné” [“Ganhamos”] funde “aqueles que ainda acreditavam nisso” com “aqueles que já não acreditavam”<sup>8</sup>.

#### b. Sobre o complemento do enunciado: ganhou o quê, como, por quê?

Uma espiada no dicionário nos ensina que o verbo *gagner* [ganhar] se constrói:

com um “sujeito animado” (um agente dotado de vontade, de sentimento, de intenção, etc): ganhar a vida, ganhar tanto por mês;

– ganhar em uma competição, ser o vencedor;

– ganhar em um jogo de azar, ser o vencedor do grande prêmio;

– ganhar terreno, espaço, tempo (sobre o adversário);

– ganhar galardões, uma medalha...

– ganhar um lugar, um posto, um lugar (cf. voltar para seu posto);

– ganhar a simpatia de alguém, ganhar alguém (homens, aliados, simpatizantes...);

ou com um “sujeito inanimado” (uma coisa, um processo desprovido de vontade própria, de sentimento, de intenção): são então “agentes” que se tornam objetos:

– o calor, o frio, o entusiasmo, o sono, a doença, a alegria, a tristeza... me, o, nos ganham (se apoderam de mim, dele, de nós...).

Que parte, cada um desses funcionamentos léxico-sintáticos subjacentes, tomou na unidade equívoca desse grito coletivo que repercutiu? “On a gagné” [“Ganhamos”]... A alegria da vitória se enuncia sem complemento, mas os complementos não estão longe: ganhamos o *jogo*, a *partida*, a *primeira rodada* (antes das legislativas); mas também (em função do que precede) ganhamos por *sorte*, como se ganha o grande prêmio quando nem se acredita; e, claro, ganhamos *terreno sobre o adversário*, já com a promessa de ocupar posições neste terreno e, antes de tudo, ocupar com toda legitimidade o lugar do qual se governa a França, o lugar do poder governamental e do poder do Estado; “A esquerda toma o poder na França” é uma paráfrase plausível do enunciado-fórmula “on a gagné” [“ganhamos”], no prolongamento do acontecimento.

O poder a tomar: enfim, alguma coisa que se poderia mostrar, a título de complemento do verbo *gagner* [ganhar]. Não é certo que se possa mostrar de forma unívoca aquilo que se trata<sup>9</sup>. O “poder” aparece, efetivamente, ora como um objeto adquirido (justo resultado de um grande esforço, ou efeito inesperado

da sorte; de toda forma, o bem supremo que vai administrar o melhor para o bem de todos), ora como um espaço resistente à conquista, no confronto contínuo contra as feodalidades de toda ordem (que tudo fizeram para que “isto jamais acontecesse” e que continuam a resistir) ora como um ato performativo a se sustentar (fazer o que se diz), ora como novas relações sociais a serem construídas.

“On a gagné” [“Ganhamos”]: há dois anos o equívoco da fórmula trabalha a esquerda nos postos governamentais, tanto quanto nas diferentes camadas da população; ela trabalha aqueles que “acreditam nisto” e aqueles que estão em falta quanto à crença; aqueles que esperam um “grande movimento popular” e aqueles que se resignam ao a-politismo generalizado; os “responsáveis” e os outros, os homens de aparelhos e os “simples particulares”... De onde resulta um doloroso estiramento entre duas tentações para escapar à questão:

– a tentação de negar o equívoco do acontecimento do dia 10 de maio, por exemplo, fazendo-o coincidir completamente com o plano logicamente estabilizado das instituições políticas (“sim ou não, a esquerda está no poder na França? se sim, tiremos as consequências...”)

– ou então a de negar o próprio acontecimento, fazendo como se, finalmente, nada tendo acontecido (“o que ganhamos?”), os problemas seriam estritamente os mesmos se a direita estivesse no poder<sup>10</sup>.

Ceder a uma ou outra dessas duas tentações separaria definitivamente as “duas esquerdas” uma da outra, entregando as duas ao adversário (E se a direita viesse a retomar o poder na França “nós” veríamos – muito tarde – o que “nós” teríamos perdido).

A partir do exemplo de um acontecimento, o do dia 10 de maio de 1981, a questão teórica que coloco é, pois, a do estatuto das discursividades que trabalham um acontecimento, entrecruzando proposições de aparência logicamente estável, suscetíveis de respostas unívoca (é sim ou não, é x ou y, etc) e formulações irremediavelmente equívocas.

Objetos discursivos de talhe estável, detendo o aparente privilégio de serem, até certo ponto, largamente independentes dos enunciados que produzimos a seu respeito, vêm trocar seus trajetos com outros tipos de objetos, cujo modo de existência parece rígido pela própria maneira com que falamos deles:

– uns devem ser declarados mais reais que outros?

–há um espaço subjacente comum ao desdobramento de objetos tão dessemelhantes?

São essas as questões que gostaria de abordar agora.

## II. CIÊNCIA, ESTRUTURA E ESCOLÁSTICA

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...) “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser “assim”. (O real é o impossível... que seja do outro mundo).

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontros com ele, o encontra.

Assim, o domínio das matemáticas e das ciências da natureza lidam com o real na medida em que se pode dizer de um matemático ou de um físico que ele encontrou a solução de uma questão até então não

resolvida; e diz-se também que um aluno, face a um exercício de matemática, ou de física “encontrou” tal parte de um problema (ele “acertou” tal e tal questão), enquanto se “perde” no resto.

Um grande número de técnicas materiais (todas as que visam produzir transformações físicas ou biofísicas) por oposição às técnicas de adivinhação e de interpretação de que falaremos mais adiante, têm que ver com o real: trata-se de encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter um resultado que tire partido da forma a mais eficaz possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigir-los em direção aos efeitos procurados.

A esta série vem se juntar a multiplicabilidade das “técnicas” de gestão social dos indivíduos: marcá-los, identificá-los, classificá-los, compará-los, colocá-los em ordem, em colunas, em tabelas, reuni-los e separá-los segundo critérios definidos, a fim de colocá-los no trabalho, a fim de instruí-los, de fazê-los sonhar ou delirar, de protegê-los e de vigiá-los, de levá-los à guerra e de lhes fazer filhos... Este espaço administrativo (jurídico, econômico e político) apresenta ele também as aparências da coerção lógica disjuntiva: é “impossível” que tal pessoa seja solteira e casada, que tenha diploma e que não o tenha, que esteja trabalhando e que esteja desempregado, que ganhe menos de tanto por mês e que ganhe mais, que seja civil e que seja militar, que tenha sido eleito para tal função e que não o tenha sido, etc...

Esses espaços – através dos quais se encontram estabelecidos (enquanto agentes e garantia dessas últi-

mas operações) detentores de saber, especialistas e responsáveis de diversas ordens – repousam, em seu funcionamento discursivo interno, sobre uma proibição de interpretação, implicando o uso regulado de proposições lógicas (Verdadeiro ou Falso) com interrogações disjuntivas (“o estado de coisas” é A ou não-A?) e, correlativamente, a recusa de certas marcas de distância discursiva<sup>11</sup> do tipo “em certo sentido”, “se se desejar”, “se podemos dizer”, “em grau extremo”, “dizendo mais propriamente”, etc (e, em particular, a recusa de quaisquer aspas de natureza interpretativa, que deslocariam as categorizações; por exemplo, o enunciado: “Fulano é muito “militar” no civil, enunciado que é, aliás, perfeitamente dotado de sentido).

Nesses espaços discursivos (que mais acima designamos como “logicamente estabilizados”) supõe-se que todo sujeito falante sabe do que se fala, porque todo enunciado produzido nesses espaços reflete propriedades estruturais independentes de sua enunciação: essas propriedades se inscrevem, transparentemente, em uma descrição adequada do universo (tal que este universo é tomado discursivamente nesses espaços).

E o que unifica aparentemente esses espaços discursivos é uma série de evidências lógico-práticas, de nível muito geral, tais como:

- um mesmo objeto X não pode estar ao mesmo tempo em duas localizações diferentes;
- um mesmo objeto X não pode ter a ver ao mesmo tempo com a propriedade P e a propriedade não-P;

— um mesmo acontecimento A não pode ao mesmo tempo acontecer e não acontecer, etc.

Ora, esta homogeneidade lógica, que condiciona o logicamente representável como conjunto de proposições suscetíveis de serem verdadeiras ou falsas, é atravessado por uma série de equívocos, em particular termos como lei, rigor, ordem, princípio, etc que “cobrem” ao mesmo tempo, como um patchwork heteróclito, o domínio das ciências exatas, o das tecnologias e os das administrações<sup>12</sup>.

Esta “cobertura” lógica de regiões heterogêneas do real é um fenômeno bem mais maciço e sistemático para que possamos aí ver uma simples impostura construída na sua totalidade por algum Príncipe misticador: tudo se passa como se, face a essa falsa-aparência de um real natural-social-histórico homogêneo coberto por uma rede de proposições lógicas, nenhuma pessoa tivesse o poder de escapar totalmente, mesmo, e talvez sobretudo, aqueles que se acreditam “não-simplórios”: como se esta adesão de conjunto devesse, por imperiosas razões, vir a se realizar de um modo ou de outro.

Se descartamos todas as explicações que não são – na medida em que elas são apenas comentários dessa mesma adesão – há talvez um ponto crucial a considerar, do lado das múltiplas urgências do cotidiano; mas colocar em jogo este ponto supõe suspender a posição do espectador universal como fonte de homogeneidade lógica e interrogar o sujeito pragmático, no sentido Kantiano<sup>13</sup> e também no sentido contemporâneo do termo.

A idéia de que os espaços estabilizados seriam impostos do exterior, como coerções, a este sujeito pragmático, apenas pelo poder dos cientistas, dos especialistas e responsáveis administrativos, se mostra insustentável desde que se a considere um pouco mais seriamente.

O sujeito pragmático – isto é, cada um de nós, os “simples particulares” face às diversas urgências de sua vida – tem por si mesmo uma imperiosa necessidade de homogeneidade lógica: isto se marca pela multiplicidade de pequenos sistemas lógicos portáteis que vão da gestão cotidiana da existência (por exemplo, em nossa civilização, o porta-notas, as chaves, a agenda, os papéis, etc) até as “grandes decisões” da vida social e afetiva (eu decido fazer isto e não aquilo, de responder a X e não a Y, etc...) passando por todo o contexto sócio-técnico dos “aparelhos domésticos” (isto é, a série dos objetos que adquirimos e que aprendemos a fazer funcionar, que jogamos e que perdemos, que quebramos, que consertamos e que substituímos)...

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis –com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros.

De nada serve negar essa necessidade (desejo) de aparência, veículo de disjunções e categorizações lógicas: essa necessidade universal de um “mundo semanticamente normal”, isto é, normatizado, começa com a relação de cada um com seu próprio corpo e seus arredores imediatos (e antes de tudo com a distribuição de bons e maus objetos, arcaicamente figurados pela disjunção entre alimento e excremento).

E também não serve de nada negar que esta necessidade de fronteiras coincide com a construção de laços de dependência face às múltiplas coisas-a-saber, consideradas como reservas de conhecimento acumuladas, máquinas-de-saber<sup>14</sup> contra as ameaças de toda espécie: o Estado e as instituições funcionam o mais freqüentemente – pelo menos em nossa sociedade – como pólos privilegiados de resposta a esta necessidade ou a essa demanda.

As “coisas-a-saber” representam assim tudo o que arrisca faltar à felicidade (e no limite à simples sobrevivência biológica) do “sujeito pragmático”: isto é, tudo o que o ameaça pelo fato mesmo que isto exista (o fato de que seja “real”, qualquer que seja a tomada que o sujeito em questão tenha ou não sobre a estrutura do real); não é necessário ter uma intuição fenomenológica, uma pegada hermenêutica ou uma apreensão espontânea da essência do tifo para ser afetado por esse doença<sup>15</sup>; é mesmo o contrário: há “coisas-a-saber” (conhecimentos a gerir e a transmitir socialmente), isto é, descrições de situações, de sintomas, de atos (a efe-

tuar ou evitar) associados às ameaças multiformes de um real do qual “ninguém pode ignorar a lei” – porque esse real é impiedoso.

O projeto de um saber que unificaria esta multilicitude heteróclita das coisas-a-saber em uma estrutura representável homogênea, a idéia de uma possível ciência da estrutura desse real, capaz de explicitá-lo fora de toda falsa-aparência e de lhe assegurar o controle sem risco de interpretação (logo uma auto-leitura científica, sem falha, do real) responde, com toda evidência, a uma urgência tão viva, tão universalmente “humana”, ele amarra tão bem, em torno do mesmo jogo dominação/resistência, os interesses dos sucessivos mestres desse mundo e de todos os condenados da terra... que o fantasma desse saber, eficaz, administrável e transmissível, não podia deixar de tender historicamente a se materializar por todos os meios.

A promessa de uma *ciência régia* conceptualmente tão rigorosa quanto as matemáticas, concretamente tão eficaz quanto as tecnologias materiais, e tão onipresente quanto a filosofia e a política!... como a humanidade poderia ter resistido a semelhante pechincha?

— Houve o momento da *escolástica aristotélica*, procurando desenvolver as categorias que estruturam a linguagem e o pensamento para fazer delas o modelo e o organon de toda a sistematização: questões disjuntivas em *utrum* (ou... ou) sobre a divindade, o sexo dos anjos, os corpos celestes e terrestres, as plantas e os animais, e todas as coisas conhecidas e desconhecidas... Quantos catecismos não estruturaram redes de questões-respostas escolásticas?

— Há o momento moderno contemporâneo do *rigor positivo*, aparecido no contexto histórico da constituição, enquanto ciências, da física, da química e da biologia, associado à emergência de uma nova forma de Direito (organizado em corpo de proposições) e também em um novo lance do pensamento matemático: um novo organon, construído contra o aristotelismo e apoiado na referência às “ciências exatas”, procura por sua vez homogeneizar o real, desde a lógica matemática até os espaços administrativos e sociais, através do método hipotético-dedutivo experimental, e as técnicas de “administração de prova”.

— E, last but not least, há o momento da *ontologia marxista*, que pretende de seu lado produzir as “leis dialéticas” da história e da matéria, outro organon parcialmente semelhante aos dois precedentes, partilhando de qualquer modo com eles o desejo de onipotência – “a teoria de Marx é toda poderosa porque é verdadeira” (Lenin). No seu conjunto, os movimentos operários não puderam visivelmente resistir a este presente extraordinário de uma nova filosofia unificada, capaz de se institucionalizar eficazmente, enquanto componente crítico/organizador do Estado (o Estado existente/o Estado futuro): o dispositivo de base da ontologia dialética marxista (com *O Capital* como arma absoluta, “o míssil mais poderoso lançado na cabeça da burguesia”) se mostrou também capaz – do mesmo modo que todos os saberes de aparência unificada e homogênea – de justificar tudo, em nome da urgência<sup>16</sup>.

O neo-positivismo e o marxismo formam assim as “epistemes” maiores de nosso tempo, tomadas em um

encavalamento parcialmente contraditório em torno à questão das ciências humanas e sociais; tendo, no centro, a questão da história, isto é, a questão das formas de existência possível de uma ciência da história.

A questão aqui não é saber se *O Capital* e as pesquisas que dele derivaram produziram o que chamei “coisas-a-saber”: mesmo para os adversários, os mais ferozes, do marxismo, o processo de exploração capitalista, por exemplo, constitui incontestavelmente uma coisa-a-saber, da qual os detentores de capitais aprenderam a ser servir tanto, e, às vezes, melhor que aqueles que eles exploram<sup>17</sup>. O mesmo acontece, para a luta de classes e várias outras “coisas-a-saber”.

A questão é sobretudo a de determinar se as coisas-a-saber saídas do marxismo são, ou não, suscetíveis de se organizar em um espaço científico coerente, integrado em uma montagem sistemática de conceitos – tais como forças produtivas, relações de produção, formação sócio-econômica, formação social, infraestrutura e superestruturas jurídico-política e ideológica, poder de Estado, etc... – do mesmo modo que, por exemplo, a descoberta galileana pode constituir a matriz científica coerente da física, no sentido atual desse termo<sup>18</sup>.

O momento de uma ruptura galileana abriu a possibilidade de uma construção do real físico enquanto processo, delimitando o impossível próprio a este real, através de relações reguladas combinando a construção de escritas conceituais e a de montagens experimentais (colocando assim em jogo uma parte do registro das

técnicas materiais evocadas acima). Desse modo, os primeiros instrumentos (planos inclinados, guindastes, etc...) utilizados pela física galileana eram inevitavelmente antecipados no espaço tecnológico pré-galileano; e é no próprio desenvolvimento da física que tais instrumentos se transformaram para se adaptar às necessidades intrínsecas desta, com, em efeito de retorno, a produção de objetos técnicos industrializados indefinidamente alargada, associada a uma nova divisão técnico-social do trabalho (“eruditos”, engenheiros e técnicos) que faz também a física aparecer como uma “ciência social”<sup>19</sup>.

As conseqüências intelectuais da descontinuidade galileana se marcam pelo fato que, para não importa que físico hoje, Aristóteles não é nem um colega, nem o primeiro físico: Aristóteles é simplesmente um grande filósofo. Uma outra marca desta descontinuidade é que a física galileana e pós-galileana não interpreta o real – mesmo se, bem entendido, o movimento que ela inicia, o da construção do real físico como processo, não deixa de ser objeto de múltiplas interpretações.

A questão que coloca aqui é a de saber se Marx pode, ou não, ser considerado como o Galileu do “continente história”<sup>20</sup>. Há um impossível específico à história, marcando estruturalmente o que constituiria o real? Há uma relação regulada entre a formulação de conceitos e a montagem de instrumentos suscetíveis de aprisionarem esse real? E podemos discernir, com o advento do pensamento de Marx, uma *descontinuidade* tal que o real histórico deixasse de ser objeto de interpretações divergentes, ou contraditórias, para ser cons-

tuído, por sua vez, em processo (por exemplo, em “processo sem sujeito nem fim(ns), segundo a célebre fórmula de L. Althusser)?

A constatação da “crise do marxismo” é hoje suficientemente admitida para que eu seja direto, dizendo: tudo leva a pensar que a descontinuidade epistemológica associada à descoberta de Marx se mostre extremamente precária e problemática. Marx não é nem o primeiro historiador, nem o primeiro economista, no sentido em que Galileu seria o primeiro físico: Tucídides, que não é aparentemente um colega para os atuais praticantes de historiografia<sup>21</sup>, é seguramente um historiador tanto antes como depois de Marx. Tudo o que podemos supor é eventualmente que Tucídides não será lido da mesma maneira, se esta leitura levar ou não em conta a “obra de Marx” (quer dizer, o fato, tal ou tal leitura de tal ou tal texto assinado por Marx ou Marx-Engels. etc). Mas não podemos dizer exatamente o mesmo de todo grande pensamento que surge na história? Na falta de ser o fundador da ciência da história, Marx seria um grande filósofo: um pensamento da importância da de Aristóteles...

O que poderia acontecer – o que, de certo modo aconteceu – é que Marx foi considerado como... o primeiro teórico marxista, a despeito da famosa frase pela qual rejeitou este adjetivo categorizante, que certos companheiros seus já haviam forjado enquanto ele vivia, por derivação a partir de seu próprio nome.

O fato de que Marx tenha assim recusado se reconhecer nos efeitos iniciais associados à “recepção” só-

cio-hitórica de sua obra foi quase sempre entendida como uma denegação, significando de fato: “Eu, Karl Marx, sou efetivamente marxista... mas não no sentido em que se entende comumente”. Nesse ponto preciso, começa, me parece, a temática aristocrática da “boa” leitura oposta às más leituras (banais e falaciosas), da interpretação justa, sempre em reserva quanto as interpretações errôneas, da verdade como télos de um processo de retificação potencialmente infinito.

A fantástica série de efeitos escolásticos de desdobramentos da leitura (exotérico/esotérico, Marx lido por X/Marx lido por Y, etc) ao qual “o marxismo” deu lugar desde o começo, com um adiantamento quase indefinido do momento da experiência decisiva, não seria então tão espantosa: o impossível próprio à estrutura do real histórico – isto é, o real visado especificamente pela teoria marxista – seria literalmente inapreensível nas “aplicações” da dita teoria. O mesmo ponto aporético surge por outro viés, o da questão dos “instrumentos”: se consideramos (como é o caso, há um século, para uma parte não negligenciável da humanidade) o marxismo como a ciência da história posta em prática pelo proletariado, devemos admitir que os praticantes da ciência em questão foram constrangidos a “emprestar” do mundo social-histórico existente, logo pré-marxista, toda uma série de instrumentos (instituições ou “aparelhos”, formas de organização, de práticas, etc) para que esta ciência-prática pudesse se constituir – ao mesmo tempo como espaço de conhecimento e como força de intervenção na história.

Na medida em que se trata de intervir na história obedecendo suas leis (o que pressupõe que as “coisas-a-

saber” que concernem à história, a sociedade, a política... têm a estrutura das leis di tipo científico-galileano) é absolutamente compreensível que, como os planos inclinados e os guindastes de Galileu, os primeiros “instrumentos” utilizados tenham sido tão dessemelhantes de sua nova finalidades “científicas”, tão inadequados a sua função transformadora, em uma palavra... tão grosseiros. (Só os utopistas inveterados podem crer que é possível construir ex nihilo tais instrumentos sócio-políticos negando magicamente “o peso do passado”).

Mas o problema crucial, é que, à medida em que se desenvolvem as “aplicações” do marxismo como ciência-prática, os novos instrumentos, órgãos ou aparelhos (re)construídos sob sua responsabilidade “científica” continuam a se parecer, grosso modo, com as estruturas anteriores – às vezes com agravantes que são mais do que deslizos acidentais: em particular o mesmo patchwork, a mesma falsa-aparência da homogeneidade lógica – encaixando a estabilidade discursiva própria às ciências da natureza, às técnicas materiais e aos procedimentos de gestão-controlado administrativo – não deixou de reinar nas diferentes variantes do marxismo. Em outros termos, e para dizer a coisa brutalmente, os instrumentos não seguiram a teoria nas suas “aplicações”... o que pode também se entender como o indício que a ciência-prática em questão não foi jamais (ainda?) aplicada verdadeiramente...

Mas falar assim, é ainda supor um “verdadeiro” marxismo de reserva, um marxismo “inincontrável”<sup>22</sup>... É, no fundo, repetir a denegação do próprio

Marx a propósito da interpretação de sua obra; é ainda identificar-se ao gesto de Marx, no que ele tinha de mais autoprotetor.

Vamos parar de proteger Marx e de nos proteger nele. Vamos parar de supor que “as coisas-a-saber” que concernem o real sócio-histórico formam um sistema estrutural, análogo à coerência conceptual-experimental galileana<sup>23</sup>. E procuremos medir o que este fantasma sistêmico implica, o tipo de ligação face aos “especialistas” de todas as espécies e instituições e aparelhos de Estado que os empregam, não para se colocar a si mesmo fora do jogo ou fora do Estado(!), mas para tentar pensar os problemas fora da negação marxista da interpretação: isto é, encarando o fato de que a história é uma disciplina de interpretação e não uma física de tipo novo.

### III. LER, DESCREVER, INTERPRETAR

Interrogar-se sobre a existência de um real próprio às disciplinas de interpretação exige que o não-lógicamente-estável não seja considerado a *priori* como um defeito, um simples furo no real.

É supor que – entendendo-se o “real” em vários sentidos – possam existir um outro tipo de real diferente dos que acabam de ser evocados, e também um outro tipo de saber, que não se reduz à ordem das “coisas-a-saber” ou a um tecido de tais coisas. Logo: um real constitutivamente estranho à univocidade lógica, e um saber que não se transmite, não se aprende, não se ensina, e que, no entanto, existe produzindo efeitos.

O movimento intelectual que recebeu o nome de “estruturalismo” (tal como se desenvolveu particular-

mente na França dos anos 60, em torno da lingüística, da antropologia, da filosofia, da política e da psicanálise) pode ser considerado, desse ponto de vista, como uma tentativa anti-positivista visando a levar em conta este tipo de real, sobre o qual o pensamento vem dar, no entrecruzamento da linguagem e da história.

Novas práticas de leitura (sintomáticas, arqueológicas, etc...) aplicadas aos monumentos textuais, e de início aos Grandes Textos (cf. *Ler i Capital*), surgiram desse movimento: o princípio dessas leituras consiste, como se sabe, em multiplicar as relações entre o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de “entender” a presença de não-ditos no interior do que é dito.

Colocando que “todo fato é uma interpretação” (referência antipositivista a Nietzsche), as abordagens estruturalistas tomavam o partido de descrever os arranjos textuais discursivos na sua intrincação material e, paradoxalmente, colocavam assim em suspenso a produção de interpretações (de representações de conteúdos, *Vorstellungen*) em proveito de uma pura descrição (*Darstellung*) desses arranjos. As abordagens estruturalistas manifestavam assim sua recusa de se constituir em “ciência régia” da estrutura do real. No entanto, veremos daqui a pouco como elas puderam ceder por sua vez a este fantasma e acabar por aparentar uma nova “ciência régia”...

Mas é preciso antes sublinhar que em nome de Marx, de Freud, e de Saussure, uma base teórica nova,

politicamente muito heterogênea, tomava forma e desembocava em uma construção crítica que abalava as evidências literárias da autenticidade do “vivido”, assim como as certezas “científicas” do funcionalismo positivista. Lembro como, no início de *Ler o Capital*, Althusser marca o encontro desses três campos:

“Foi a partir de Freud que começamos a suspeitar do que escutar, logo do que falar (e calar) quer dizer: que este “quer dizer” do falar e do escutar descobre, sob a inocência da fala e da escuta, a profundidade determinada de um fundo duplo, o “que quer dizer” do discurso inconsistente – este fundo duplo do qual a lingüística, nos mecanismos da linguagem, pensa os efeitos e condições formais” (p.14-15).

O efeito subversivo da trilogia Marx-Freud-Saussure foi um desafio intelectual engajando a promessa de uma revolução cultural, que coloca em causa as evidências da ordem humana como estritamente bio-social.

Restituir algo do trabalho específico da letra, do símbolo, do vestígio, era começar a abrir uma falha no bloco compacto das pedagogias, das tecnologias (industriais e bio-médicas), dos humanismos moralizantes ou religiosos: era colocar em questão essa articulação dual do biológico com o social (excluindo o simbólico e o significante). Era um ataque dando um golpe no narcisismo (individual e coletivo) da consciência humana (cf. Spinoza e seu tempo), um ataque contra a eterna negociação de “si” (como mestre/escravo de seus gestos, palavras e pensamentos) em sua relação com o outro-si.

Em uma palavra: a revolução cultural estruturalista não deixou de fazer pesar uma suspeita absolutamente explícita sobre o registro do psicológico (e sobre as psicologias do “ego”, da “consciência”, do “comportamento” ou do “sujeito epistêmico”). Esta suspeita não é, pois, engendrada pelo ódio à humanidade que freqüentemente se emprestou ao estruturalismo; ela traduz o reconhecimento de um fato estrutural próprio à ordem humana: o da castração simbólica.

Mas ao mesmo tempo, esse movimento anti-narcísico (cujos efeitos políticos e culturais não estão, visivelmente, esgotados) balançava em uma nova forma de narcisismo teórico. Digamos: em um narcisismo da estrutura.

Esse narcisismo teórico se marca, na inclinação estruturalista, pela reinscrição de suas “leituras” no espaço unificado de uma lógica conceptual. A suspensão da interpretação (associada aos gestos descritivos da leitura das montagens textuais) oscila assim em uma espécie de sobre-interpretação faz valer o “teórico” como uma espécie de metalíngua, organizada ao modo de uma rede de paradigmas. A sobre-interpretação estruturalista funciona a partir de então como um dispositivo de tradução, transpondo “enunciados empíricos vulgares” em “enunciados estruturais conceptuais”; esse funcionamento das análises estruturais (e em particular do que poderíamos chamar o materialismo estrutural ou o estruturalismo político) permanece assim secretamente regido pelo modelo geral da equivalência interpretativa. Para esquematizar:

Seja o enunciado empírico P1 (por exemplo: “o rosto do socialismo existente está desfigurado”)

...P1 não significa de fato outra coisa que...

...é o mesmo em termos teóricos que dizer que...

...dito de outro modo...

...quer dizer...

...o enunciado teórico P2 (por exemplo “a ideologia burguesa domina a teoria marxista”).

É antes de tudo esta posição de desvio teórico, seus ares de discurso sem sujeito, simulando os processos matemáticos, que conferiu às abordagens estruturais esta aparência de nova “ciência régia”, negando como de hábito sua própria posição de interpretação.

O paradoxo desse início dos anos 80, é que o deslizamento do estruturalismo político francês, seu desmoronamento enquanto “ciência régia” (que no entanto continua a produzir efeitos notadamente no espaço latino-americano) coincide com o crescimento da recepção dos trabalhos de Lacan, Barthes, Derrida e Foucault no domínio anglo-saxão, tanto na Inglaterra quanto na Alemanha, assim como nos EUA. Assim, por um estranho efeito de oscilação, no momento preciso em que a América descobre o estruturalismo, a intelectualidade francesa “vira a página”, desenvolvendo um res-

sentimento maciço face a teorias, suspeitas de terem pretendido falar em nome das massas, produzindo uma longa série de gestos simbólicos ineficazes e performativos políticos infelizes.

Esse ressentimento é um efeito de massa, vindo “de baixo”: uma espécie de contra-golpe ideológico que força a refletir, e que não poderia ser confundido com o covarde alívio de numerosos intelectuais que reagem descobrindo, afinal, que a “Teoria” os havia “intimidado”!

A grande força dessa revisão crítica, é colocar impiedosamente em causa as alturas teóricas no nível das quais o estruturalismo político tinha pretendido construir sua relação com o Estado (eventualmente sua identificação ao Estado – e especialmente com o Partido-Estado da revolução). Este choque em retorno, obriga os olhares a se voltarem para o que se passa realmente “em baixo”, nos espaços infraestatais que constituem o ordinário das massas, especialmente em períodos de crise.

Em história, em sociologia e mesmo nos estudo literários, aparece cada vez mais explicitamente a preocupação de se colocar em posição de entender esse discurso, a maior parte das vezes silencioso, da urgência às voltas com os mecanismos de sobrevivência; trata-se para além das leituras dos Grandes Textos (da Ciência, do Direito, do Estado), de se pôr na escuta das circulações cotidianas, tomadas no ordinário do sentido (cf., por exemplo, De Certeau, *A invenção do Cotidiano*, 1980).

Simultaneamente, o risco que comporta esse mesmo movimento é bastante evidente: é o que consiste em seguir a linha de maior inclinação ideológica e se conceber esse registro do ordinário do sentido como um fato de natureza psico-biológica, inscrito em uma discursividade logicamente estabilizada. Logo, o risco de um retorno fantástico para os positivismos e filosofias da consciência.

Uma reunião como esta poderia ser a ocasião para desmanchar alguns desses riscos, situando os modos e os pontos de encontro maiores. De meu lado, (mas exprimo aí um ponto de vista que não me é pessoal: é uma posição de trabalho que se desenvolve na França atualmente<sup>24</sup>) eu sublinharia o extremo interesse de uma aproximação, teórica e de procedimentos, entre as práticas da “análise da linguagem ordinária” (na perspectiva anti-positivista que se pode tirar da obra de Wittgenstein) e as práticas de “leitura” de arranjos discursivo-textuais (oriundas de abordagens estruturais).

Encarada seriamente (isto é, de outro modo que apenas uma simples “troca cultural”) essa aproximação engaja concretamente maneiras de trabalhar sobre as materialidades discursivas, implicadas em rituais ideológicos, nos discursos filosóficos, em enunciados políticos, nas formas culturais e estéticas, através de suas relações com o cotidiano, com o ordinário do sentido. Esse projeto só pode tomar consistência se ele permanecer prudentemente distanciado de qualquer ciência régia presente ou futura (que se trate de positivismos ou de ontologias marxistas).

Esta maneira de trabalhar impõe um certo número de exigências que é preciso explicitar em detalhe, e que não posso evocar aqui senão rapidamente, para acabar:

1. A primeira exigência consiste em dar o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas. Uma descrição, nesta perspectiva, não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual *descrever* se torna indiscernível de *interpretar*: essa concepção da descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (cf. J. Milner, especialmente em *L'Amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (o princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan.

Certas tendências recentes da lingüística são bastante encorajadoras desse ponto de vista. Aparecem tentativas, além do distribucionalismo harrisiano e do gerativismo chomskiano para recolocar em causa o primado da proposição lógica e os limites impostos à análise como análise da sentença (frase). A pesquisa lingüística começaria assim a se descolar da obsessão da ambigüidade (entendida como lógica do “ou... ou”) para abordar o próprio da língua através do papel do equívoco, da elipse, da falta, etc... Esse jogo de diferenças, alterações, contradições não pode ser conce-

bido como o amolecimento de um núcleo duro lógico: a equívocidade, a “heterogeneidade constitutiva” (A expressão é de J. Althusser) da língua corresponde a esses “artigos de fé” enunciados por J. Milner em “A Roman Jakobson ou le Bonheur par la Symétrie” (in *Ordre et Raisons de Langue*, Seuil, Paris, 1982, p.336):

“— nada da poesia é estranho à língua

— nenhuma língua pode ser pensada completamente, se aí não se integra a possibilidade e sua poesia”.

Isto obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”. É também o argumento que desenvolvemos, F. Gadet e eu, no texto *La Langue Introuvable* (Maspero, Paris, 1981).

O objeto da lingüística (o próprio da língua) aparece assim atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, de um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações.

Esta fronteira entre os dois espaços é tanto mais difícil de determinar na medida em que existe toda uma zona intermediária de processos discursivos (derivando do jurídico, do administrativo e das convenções da vida cotidiana) que oscilam em torno dela. Já nesta região discursiva intermediária, as propriedades lógicas dos objetos têm e não têm esta ou aquela propriedade, os acontecimentos têm e não têm lugar, segundo as construções discursivas nas quais se encontram inscritos os enunciados que sustentam esses objetos e acontecimentos<sup>25</sup>.

Este caráter oscilante e paradoxal do registro do ordinário do sentido parece ter escapado completamente à intuição do movimento estruturalista: este nível foi objeto de uma aversão teórica, que o fechou totalmente no inferno da ideologia dominante e do empirismo prático, considerados como ponto-cego, lugar de pura reprodução do sentido<sup>26</sup>.

De passagem, os estruturalistas acreditavam assim na idéia de que o processo de transformação interior aos espaços do simbólico e do ideológico é um processo EXCEPCIONAL: o momento heróico solitário do teórico e do poético (Marx/Mallarmé), como trabalho extraordinário do significante.

Esta concepção aristocrática, se atribuindo *de facto* o monopólio do segundo espaço (o das discursividades não-estabilizadas logicamente) permanecia presa, mesmo através de sua inversão “proletária”, à velha certeza elitista que pretende que as classes dominadas são inventam jamais nada, porque elas estão muito absorvidas

pelas lógicas do cotidiano: no limite, os proletários, as massas, o povo... teriam tal necessidade vital de universos logicamente estabilizados que os jogos de ordem simbólica não os preocuparam! Neste ponto preciso, a posição teórico poética do movimento estruturalista é insuportável<sup>27</sup>. Por não ter discernido em quê o humor e o traço poético não são o “domingo do pensamento”, mas pertencem aos meios fundamentais de que dispõe a inteligência política e teórica, ela tinha cedido, antecipadamente, diante do argumento populista de urgência, já que ela partilhava com ele implicitamente o pressuposto essencial: os proletários não têm (o tempo de se pagar um luxo de) um inconsciente!

2. A conseqüência do que precede é que toda descrição – quer se trate da descrição de objetos ou de acontecimentos ou de um arranjo discursivo-textual não muda nada, a partir do momento em que nos prendemos firmemente ao fato de que “não há metalinguagem” – está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, lingüisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugar a interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso.

E é neste ponto que se encontra a questão das disciplinas de interpretação: é porque há o *outro* nas sociedades e na história, correspondente a esse outro próprio ao linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade e interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em rédea de significantes.

De onde o faro que “as coisas-a-saber” que questionamos mais acima não são jamais visíveis em desvio, como transcendentais históricos ou epistemes no sentido de Foucault, mas sempre tomadas em redes de memória dando lugar a filiações identificadoras e não a aprendizagens por interação: a transferência não é uma “interação”, e as filiações históricas nas quais se inscrevem os indivíduos não são “máquinas de aprender”

Desse ponto de vista, o problema principal é determinar nas práticas de análise de discurso o lugar e o momento da interpretação, em relação aos da descrição: dizer que não se trata de duas fases sucessivas, mas de uma alternância ou de um batimento, não implica que a descrição e a interpretação sejam condenadas a se entremisturar no indiscernível.

Por outro lado, dizer que toda descrição abre sobre a interpretação não é necessariamente supor que ela abre sobre “não importa o que”: a descrição de um enunciado ou de uma seqüência coloca necessariamente em jogo (através da detecção de lugares vazios, de elipses, de negações e interrogações, múltiplas formas de

discurso relatado...) o discurso-outro como espaço virtual de leitura desse enunciado ou dessa seqüência.

Esse discurso-outro, enquanto presença virtual na materialidade descritível da seqüência, marca, do interior desta materialidade, a insistência do outro como o próprio princípio do real sócio-histórico. E é nisto que se justifica o temo disciplina de interpretação, empregado aqui a propósito das disciplinas que trabalham neste registro.

O ponto crucial é que, nos espaços transferenciais da identificação, constituindo uma pluralidade contraditória de filiações históricas (através das palavras, das imagens, das narrativas, dos discursos, dos textos, etc...), as “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem: isto acontece tanto nos segredos da esfera familiar “privada” quanto no nível “público” das instituições e dos aparelhos de Estado. O fantasma da ciência régia é justamente o que vem, em todos os níveis, negar esse equívoco, dando a ilusão que sempre se pode saber do que se fala, isto é, se me compreendem bem, negando o ato de interpretação no próprio momento em que ele aparece.

3. Este ponto desemboca sobre a questão final da discursividade como estrutura ou como acontecimento.

A partir do que precede, diremos que o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora.

Não se trata de pretender aqui que todo discurso seria como um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe, mas de sublinhar que, só por sua existência, todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço: não há uma identificação plenamente bem sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade” no sentido performativo do termo –

isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o *outro*, objeto de identificação.

É mesmo talvez uma das razões que fazem que exista algo como sociedades e história, e não apenas uma justaposição caótica (ou uma integração supra-orgânica perfeita) de animais humanos em interação...

A posição de trabalho que aqui evoco em referência à análise de discurso não supõe de forma alguma a possibilidade de algum cálculo dos deslocamentos de filiação e das condições de felicidade ou de infelicidade evenemenciais. Ela supõe somente que, através das descrições regulares de montagens discursivas, se possa detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição, reconhecidas como tais, isto é, como efeitos de identificação assumidos e não negados.

Face às interpretações sem margens nas quais o intérprete se coloca como um ponto absoluto, sem outro nem real, trata-se aí, para mim de uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade.

## NOTAS

1. Esta tradição é referível bibliograficamente por uma série de publicações, em particular dos números da revista *Langages* (11, 13, 23, 24, 37, 41, 52, 55, 62...). Cf. igualmente a recente coletânea *Matérialités Discursives*, PUL, Lille, 1981.
- \* N. do T. – Em francês “à la une” que joga com o sentido de único (*une*), ao mesmo tempo em que evoca o canal [*chaine*] francês de televisão mais importante (*Une*). Tentamos aqui reproduzir o efeito de sentido: global (o que pega tudo, e a Globo).
2. Cf., por oposição, os slogans políticos “clássicos” dos anos 60-70, construídos sobre os ritmos de marcha: “ce n’est/qu’un début/continuons le/combat!” [é só/um começo/continuemos o/combate”] ou “nous voulons/nous aurons/sa/-tatisfaction!” [“nós queremos/nós teremos/sa/tisfação”]
3. Apesar dos gritos, trombetadas e agitação que acompanham a ação dos jogadores, a não-participação direta dos espectadores nesta ação permanece como condição do acontecimento esportivo.

4. Trata-se antes de tudo do “vedetariado” político, voluntário ou não, determinado pela bipolarização eleitoral, feita pela mass-media, dos confrontos parlamentares em regime presidencialista: a psicologização dos conflitos, através da retórica do suspense, da reconciliação e da disputa, vai de par com uma informação das “bases” que passa agora mais rápida pelo canal de TV que pelos canais hierárquicos internos das organizações sindicais e políticas. O todo se coloca no contexto de uma crise profunda da esquerda à qual a “crise do marxismo” faz eco de modo específico. Da “Nova Filosofia” ao “Tudo foi por água abaixo” aparecido em 1978 (“França, tua filosofia, tua política, etc estão se mandando!”) emerge uma derisão objetiva e subjetiva da “política” suscetível de desembocar na “carnavalização”: cf. por exemplo o papel do cômico popular francês Coluche, fazendo pose de lançar sua candidatura nas eleições presidenciais de 1981, com o apoio desesperado e irônico de uma parte da intelligentsia. Esta evolução da alta intelligentsia francesa se efetuou por etapas: os intelectuais dos anos 60 se engajaram em seus trabalhos como a gente se engaja em uma guerra (eventualmente uma guerra civil). Pouco a pouco, a figura central passou da luta “política” para o confronto com o anjo do espaço solitário da “escritura”. Hoje, a nova forma que tende a se impor é a da performance (mais freqüentemente em solo, mais raramente em equipe): à significação esportiva do termo se junta, lateralmente, a conotação do espetáculo, induzida pelo uso anglo-americano do termo “performance”.
- Essa evolução não arrisca melhorar a relação bastante doentia que uma parte da intelligentsia americana entretém tradicionalmente com os “incompreensíveis” produtos intelectuais franceses, relação marcada por uma oscilação equívoca entre a fascinação dos grandes-padres e o cômico (deliberado ou não) dos clowns da cultura.
5. A análise de discurso, tal como ela se desenvolve atualmente sobre as bases evocadas mais acima, se dá precisamente como objeto explicitar e descrever montagens, arranjos sócio-históricos de constelações de enunciados.

6. Observamos aqui um efeito implícito de tradução parafrástica da forma “F. Mitterrand foi eleito presidente. Ou seja: “on a gagné” [“ganhamos”]. Na passagem, “on” se identifica a F. Mitterrand...
7. Jacques Mandrin, *Le Socialisme en France*, p.19.
8. Nas manifestações de nascimento do acontecimento do dia 10 de maio de 1981, há (entre outros presentes estranhos) o paradoxo do papel involuntariamente facilitador desempenhado pela direção do PCF: como se, desencadeando uma súbita polêmica anti-PS, os dirigentes comunistas tivessem, eles próprios, acentuado a perda da influência global da corrente comunista (e de suas capacidades mobilizadoras) e livrado a esquerda da hipoteca de uma tomada de poder dominada por um pró-sovietismo mais ou menos confesso (a referência ao “balanço globalmente positivo” do “socialismo existente”). De onde se segue: um governo de esquerda que engaja uma política audaciosa de reformas estruturais profundas (as nacionalizações, por exemplo) mas sem a mobilização popular que *deveria* (em boa análise marxista clássica) sustentar e controlar os estabelecimento dessas reformas. Como se o PCF e a CGT tivesse perdido totalmente sua capacidade histórica de mobilização, e como se essa capacidade mobilizadora permanecesse irrecuperável para as outras organizações e movimentos de esquerda. Ainda que hoje, na França, é sobretudo a oposição (as forças de direita, “novas direitas” e extrema-direita) que se mobiliza...
9. Cf. Jacques Mandrin: “Nós tomamos o poder no sentido exato do termo?”, op. cit. p.119.
- A vitória da Esquerda em maio de 81, advinda do fundo de mais de 20 anos de fracassos eleitorais, evoca esta situação chapliniana do infeliz que se esforça, sem descanso, em lançar uma bola numa cesta e que, a cada vez, erra o lance. Até o momento em que, exausto, ele se volta e se vai, jogando negligentemente a bola por cima do ombro: é aí que, suprema facécia da história... a bola cai direitinho *dentro da cesta!* Este deslocamento in-

coerente não apaga o trabalho obstinado da paciência infeliz. Mas tampouco não a transfigura, em um longo projeto finalmente concluído: a política francesa é tomada inteiramente nesse deslocamento.

10. Deixo de lado as posições da direita, bem ilustrada intelectualmente pelos críticos recentes de Baudrillard sobre o “êxtase do socialismo”. “On a gagné” [“Ganhamos”] é interpretado como “a esquerda, a gente está pagando” (para ver, para rir?) e, em seguida, a gente é ganho pela esquerda como por um processo, uma doença: “Isso germina, germina, incuba, explode e invade tudo de uma só vez. É exatamente como em *Alien*. A esquerda, é o monstro de *Alien*”. A *l’Ombre des Majorités Silencieuses*, p.97.

11. Eu me refiro aqui à noção de “marcas de distância” que foi objeto de pesquisas recentes: cf. em particular J. Authier “Paroles Tênues à Distance”, in *Matérialités Discursives* (op. cit.); cf. igualmente as análises desenvolvidas por D. Sperber sobre as noções de reprodução, de descrição e de interpretação em *Le Savoir des Anthropologues*, Hermann, Paris, 1982.

12. O real das ciências da natureza é apreendido por elas através do impossível que surge no entrecruzamento de escritas conceptuais reguladas e montagens experimentais tecnicamente controladas. Desse ponto de vista, é trivial lembrar que as matemáticas são também uma ciência experimental, cujas montagens são as escrituras elas próprias.

O real das tecnologias materiais recobre parcialmente o das ciências da natureza, na medida em que as tecnologias constituem um elemento indispensável às experimentações destas, mas que vão largamente além, através do uso de uma massa de objetos técnicos: a relação com a disjunção lógica vira do lado mágico (com seus ritos eficazes, seus tabus e suas proibições).

Quanto ao real das gestões administrativas, que se apresenta, em nossos dias, de boa vontade, como um real técnico de tipo particular (cf. as “tecnologias sociais”), ele está fundamentalmente do lado proibido, mesmo

se ele se estabelece – em nossas sociedades industriais em particular – sobre o real das tecnologias e sobre o das ciências da natureza, nele encontrando os meios de gerir o imenso registro da produção, e igualmente o da destruição.

13. Kant: “Chamo pragmática (regra de prudência) a lei prática que tem como motivo a felicidade” (*Crítica da Razão Pura*).

14. Cf. os trabalhos sobre as “artes de memória”. Em particular A. Yate *The Art of Memory*, Londres 1966; tr. fr. *L’Art de la Memoire*, Paris, Gallimard, 1975.

15. Uma vez que foi posto fogo em uma granja, a propagação do incêndio depende da estrutura do madeiramento e das aberturas, da natureza e da disposição dos materiais e dos objetos que ela contém, da direção do vento, etc e não da vontade expressa pelo incendiário (de suas imprecações, palavras de vingança, etc).

16. “Justificar” não equivale a “produzir”. A escolástica não produziu a inquisição, o marxismo não engendrou o Gulag, o neo-positivismo não inventou a servidão a servidão voluntária, nem o desejo de um controle científico universal. Mas a capacidade justificadora desses sistemas filosóficos é, no entanto, absolutamente incontestável.

17. Pouco importa, no caso, que esses saberes sejam negados. Todo mundo os leva em conta praticamente, como um pedestre leva em conta os carros para não se deixar atropelar, mesmo se professa, por outro lado, o idealismo filosófico!

18. Cf. a perspectiva discontinuista engajada pelos trabalhos de A. Koyré face ao continuísmo de Duhem.

19. Cf. o recente livro de J-M. Lévy-Leblond, *L’Esprit Du sel*, Fayard, 1981.

20. Esta questão recebeu uma resposta afirmativa explícita no quadro do “estruturalismo histórico” dos primeiros trabalhos althusserianos, colocando, o materialismo histórico como “ciência da história”.

21. Faço alusão aqui a um artigo recente de N. Loraux, historiadora, intitulado “Thucydide n’Est pas un Collègue”.
22. Esta expressão retoma o título de um livro de D. Lindenberg *Le Marxisme Introuvable*, (Calmann-Lévy, Paris, 1975) percorrendo alguns avatares históricos desse jogo de esconde-esconde entre os “marxismos eruditos” (da cátedra universitária) e os “marxismos vulgares” (os “catecismos para o uso das massas”). O neo-marxismo anglo-americano é amplamente, nos seus desenvolvimentos atuais, um efeito universitário (ligado em grande parte às recaídas do estruturalismo político europeu), isto é, um marxismo sem “órgãos”... que não sejam intelectuais. O que não quer, aliás, dizer que, com a ajuda do espírito “pragmático” da cultura anglo-americana, este efeito não tenha repercussões sobre o campo cultural, ideológico e político, e que ele não reserve alguma surpresa aos que celebram “o fim do marxismo”!
23. Uma expressão como “a lógica do capital” remete a um real a propósito do qual há “coisas-a-saber”. Mas seria concebível responder com um sim ou não questões totais do tipo “o governo francês atual opõe-se à lógica do capital?”, ou então, “Nós tomamos, no sentido exato do termo, o poder”? (J. Mandrin, op. cit., p.119).
24. Para maiores detalhes sobre o desenvolvimento atual da análise e discurso na França, ver os números 4 e 6 da revista *Mots*, e o conjunto da coletânea já citada *Matérialités Discursives* (em particular os artigos de J. J. Courtine e J.-M. Marandin “Quel Objet pour l’Analyse de Discours?” e de A. Lecomte “La Frontière Absente”). Ver igualmente J.-M. Marandin “Approches Morphologiques em Analyse de Discours”.
25. Cf. As observações anteriores a propósito dos referenciais possíveis associáveis ao enunciado “On a gagné!” [“Ganhamos!”]. Poderíamos evidentemente desenvolver observações da mesma ordem sobre expressões como “a vontade do povo”, “a liberdade” (de pensar/de preços), “a auteridade” vs “o rigor”, etc.
26. Este problema constitui um dos pontos fracos da reflexão althusseriana sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, e das primeiras aplicações desta reflexão no domínio da análise de discurso na França.
27. O ódio ao ordinário nutre o culto anti-intelectualista desse mesmo ordinário: um certo estruturalismo esotérico alimentou o ódio anti-filosófico, expresso, por exemplo, pela sociologia de P. Bourdieu.

## BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis — *Lire Le Capital*, Théorie ; Maspero, Paris, 1965.
- AUTHER, Jacqueline — “Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive”, Cahiers DRLAV, n°26, Paris, 1982.
- ASSOUN, Paul-Laurent — *Marx et la répétition historique*, PUF, Paris, 1978.
- BAUDRILLARD, Jean — *A l'ombre des majorités silencieuses ; la fin du social* (Seguida de “L’extase du socialismo”), UGBiations, Paris, 1982.
- CERTEAU, Michel de — *L’invention du quotidien*, 10/18, UGE, Paris, 1980.
- CONEIN, Bernard & al. — *Matérialités Discursives*, Presses Universitaires de Lille, Lille, 1981.
- GADET, Françoise & PÊCHEUX, Michel — *La Langue introuvable*, Théorie; Maspero, Paris, 1981.
- LEVY-LEBLOND, Jean-Mars — *L’esprit de sel*, Fayard, Paris, 1981.

LORAUX, Nicole — “Thucydide n’est pas um collègue”, *Quaderni di Storia*, 12, 1980 (51-81).

MANDRIN, Jacques — *Le socialisme et la France*, Le Sycomore, Paris, 1983.

MILNER, Jean-Claude — *L’Amour de la Langue*, Seuil, Paris, 1978.

\_\_\_\_\_. *Ordre et raisons de langue*, Seuil, Paris, 1983.

PÊCHEUX, Michel — *Language, semantics and ideology*, Mac-Millan, London, 1982. (Trad. brasileira: *Semaântica e Discurso*, Editora da Unicamp, 1988.)

\_\_\_\_\_. “L’idéologie: citadelle ou espace paradoxal?” em alemão: *Das Argument*, Berlin-RFA, nº 139, 1983.

SPERBER, Dan — *Le savoir dès anthropologues*, Hermann, Paris, 1982.